



Da consciência para o cérebro: a especulação sobre os processos nervosos em Freud e na psicologia da Gestalt

From consciousness to brain: speculation on nervous processes in Freud and the Gestalt Psychology

Fátima Caropreso
Richard Theisen Simanke
Universidade Federal de Juiz de Fora
Brasil

Resumo

Um posicionamento semelhante pode ser encontrado na psicologia da Gestalt e na teoria metapsicológica de Freud a respeito da necessidade das teorias psicológicas incluírem hipóteses especulativas sobre os processos cerebrais que subjazem aos fenômenos psíquicos. Os argumentos dessas duas teorias permitem que se extraíam certas reflexões relevantes para a situação e o contexto atual da psicologia, no qual os limites e as inter-relações entre psicologia e biologia ainda são alvo de polêmica. Nesse artigo, os modelos teóricos propostos por Freud e pela psicologia da Gestalt para explicar a relação entre o mental e o neural são retomados e discutem-se alguns de seus argumentos sobre a necessidade desses modelos incluírem conjecturas sobre a base orgânica dos processos psíquicos, feitas a partir da observação dos fenômenos de consciência. Em suma, pretende-se abordar alguns pontos de vista teóricos dessas duas teorias que são, em geral, pouco enfatizados na história da psicologia e que podem ser ainda relevantes para o contexto atual da disciplina.

Palavras-chave: psicologia da Gestalt; Freud; metapsicologia; consciência; cérebro

Abstract

Both in Freud's metapsychology and in Gestalt Psychology, similar stances can be found concerning the need that psychological theories include speculative hypotheses about brain processes underlying psychic phenomena. The arguments formulated by these theories allow some relevant reflection on psychology's contemporary situation and context, in which the limits and the relationship between psychology and biology are still polemical matters. In this paper, the theoretical models proposed by Freud and by Gestalt psychology to explain the mind-brain relationship are addressed and some of their arguments on the need to make assumptions about the organic bases of psychical processes are discussed – assumptions that would be formulated through the observation of conscious phenomena. In brief, the article seeks to approach some theoretical viewpoints of these two currents of thought which are often overlooked in the history of psychology and which may still be relevant to the current context of this discipline.

Keywords: Gestalt Psychology; Freud; metapsychology; consciousness; brain

Em tempos de rápida expansão do conhecimento sobre o cérebro, como o que caracteriza a época atual, é normal que o problema da relação entre as ciências da mente e as neurociências seja recolocado em questão (Marshall, 2009; Miller, 2010; Schouton & Jong,



2012). Dois tipos de indagação costumam caracterizar esses questionamentos. Um deles é até que ponto a psicologia precisa ou pode se beneficiar do conhecimento neurocientífico; o outro é se o desenvolvimento do conhecimento empírico e direto sobre os processos que ocorrem no sistema nervoso pode vir a preencher a lacuna entre estes e o modo como se manifestam na experiência consciente, diminuindo a necessidade ou tornando mesmo desnecessárias hipóteses especulativas e construções teóricas conjecturais sobre a relação mente-cérebro. No limite, pelo menos para algumas posições mais extremas, esse conhecimento dispensaria a referência à experiência consciente como tal e colocaria em dúvida a própria necessidade da existência da psicologia como disciplina autônoma (Churchland, 1989; McCauley, 1996). Numa palavra, a alternativa parece, às vezes, consistir em separar totalmente a psicologia das investigações neurocientíficas ou desistir de vez da própria psicologia. Diante desse cenário, mostra-se útil à reflexão retornar às experiências históricas que procuraram oferecer uma solução original para esse dilema. Explorar alguns argumentos significativos sobre a questão em duas dessas experiências – a saber, a psicanálise freudiana e a psicologia da Gestalt – constitui o objetivo do presente trabalho.

Quando se considera a história da psicologia científica e as propostas que surgiram nesse campo em fins do século XIX e início do século XX, é possível perceber que há uma diversidade de posições a respeito do que a psicologia deve investigar. Algumas psicologias – como o estruturalismo de Titchener – defendiam que a psicologia deveria se ater ao estudo da “experiência dependente” (Araujo, 2010). Outras, como o behaviorismo de Watson e outros behaviorismos, propunham que a investigação psicológica se limitasse ao comportamento observável (Skinner, 1974; Watson, 1913). Há também aquelas, como a psicologia da Gestalt, que consideravam que tanto nossa experiência consciente quanto o comportamento deviam ser objetos de estudo da psicologia (Köhler, 1959). E outras, ainda, como a psicanálise freudiana, que considerava que os processos psíquicos são, em sua maior parte, inconscientes e que a consciência e o comportamento deveriam ser compreendidos em função dos processos inconscientes que os determinam (Freud, 1900/1982a). Além destas, evidentemente, há ainda muitas outras posições divergentes sobre quais devam ser os objetos de estudo da psicologia. Parece possível reunir essa multiplicidade de posições, seguindo a sugestão de Bunge e Ardila (1988), em dois grupos: as *psicologias “sem cérebro”*, que possuiriam em comum o pressuposto de que o funcionamento cerebral não precisa ser levado em conta na construção das suas hipóteses e na formulação de suas explicações; e as *psicologias “com cérebro”*, que considerariam imprescindível que a psicologia levasse em consideração os processos cerebrais e os demais processos nervosos implicados na produção dos fenômenos psicológicos e do comportamento.

Embora sejam propostas de psicologia bastante distintas, a psicologia da Gestalt e a psicanálise freudiana têm como característica em comum o fato de considerarem que a formulação de uma teoria psicológica não pode, de modo algum, prescindir de hipóteses



sobre o funcionamento neural que subjaz aos processos psíquicos e comportamentais¹. Na ausência de um conhecimento empírico completo e confiável sobre o cérebro, essas hipóteses podem assumir um aspecto fortemente especulativo. Há, portanto, nessas teorias, uma defesa equiparável da legitimidade de se construir hipóteses especulativas sobre o funcionamento neural. Desde esse ponto de partida comum, no entanto, as duas propostas caminham em direções distintas: a psicologia da Gestalt defende um *modelo isomórfico* para pensar a relação entre os processos mentais e os cerebrais e justificar inferências sobre estes últimos a partir da observação dos primeiros, enquanto que Freud propõe um *modelo não isomórfico* para pensar essa relação.

Como objetivo *específico* deste trabalho, trata-se, portanto, na continuidade, de retomar essas posições a respeito da necessidade de a psicologia incluir conjecturas sobre o funcionamento do sistema nervoso e a respeito do modelo proposto, num caso e no outro, para pensar a relação entre o mental e o neural. Com isso, espera-se contribuir para o resgate de certos aspectos da psicanálise e da psicologia da Gestalt, geralmente pouco lembrados pela história da psicologia, e que parecem relevantes para a compreensão dessas teorias. O horizonte mais amplo no qual o trabalho se insere é a discussão, ainda atual, sobre o papel relativo desempenhado pela psicologia e pela neurobiologia na investigação do mental.

O isomorfismo e o uso da especulação na psicologia da Gestalt

Em seu livro *Psicologia da Gestalt*, originalmente publicado em 1947, Wolfgang Köhler expõe algumas das hipóteses centrais de sua visão da psicologia, contrapondo-as, na maior parte das vezes, às hipóteses sustentadas pelo behaviorismo e pelo estruturalismo, duas das principais correntes psicológicas do início do século XX, sobretudo no contexto norte-americano a que ele se dirige. Köhler é utilizado aqui como representativo das posições da psicologia da Gestalt por ter sido quem mais sistematicamente desenvolveu e aplicou o princípio do isomorfismo, sobretudo em seu livro *Psicologia da Gestalt* (ver Luccio, 2010). Embora ele se refira, ao longo de todo o livro, ao “behaviorismo” e ao “estruturalismo” sem vinculá-los a nomes próprios, é possível inferir que suas críticas têm como alvos principais o behaviorismo de Watson e o estruturalismo de Titchener.

Já no primeiro capítulo, ele critica a decisão dos behavioristas de excluírem a “experiência direta” do âmbito da investigação psicológica e se aterem apenas ao comportamento. Segundo ele, a ideia de que, para se tornar verdadeiramente uma ciência, a psicologia deveria abandonar a experiência direta (devido ao subjetivismo nela implicado)

¹ Como o artigo trata exclusivamente de Freud, a análise aqui apresentada assume inteiramente que a psicanálise é uma teoria psicológica, porque esta sempre foi, inequivocamente, a posição de Freud, de um extremo a outro de sua obra (Freud, 1950/1987; 1940/1998d). A ideia de que a psicanálise é uma teoria não psicológica do sujeito é própria da psicanálise lacaniana (Lacan, 1981, por exemplo), que não está em discussão aqui.



resultaria de certa ingenuidade epistemológica. O behaviorismo estaria aí partindo do princípio de que os mundos físico e fisiológico nos seriam diretamente acessíveis em si mesmos e que esse conhecimento nada teria a ver com a experiência direta. Como consequência, a observação desta última seria, para os behavioristas, desprovida de valor científico. Com isso, essa psicologia teria desconsiderado o fato de que nenhum aspecto de nossa experiência pode ser tomado como parte do mundo real. Na percepção, tanto as “qualidades primárias” quanto as “secundárias” derivariam de influências que o ambiente exerce sobre o organismo. Os objetos físicos – Köhler sustenta – influenciam outro sistema físico, isto é, nosso organismo; nossa experiência “objetiva” surge como consequência de processos complexos que têm lugar nesse sistema. Dessa maneira, prossegue o autor, a totalidade da experiência – seja ela referente a um “mundo exterior” ou ao nosso próprio organismo – é influenciada por processos orgânicos e não pode ser simplesmente identificada a objetos físicos.

Uma vez que o mundo físico e o mundo fisiológico são, em si mesmos, inacessíveis, eles só poderiam ser conhecidos de forma interpretativa ou inferencial. O físico, como cientista, constrói um mundo objetivo e independente, utilizando para isso também os dados da experiência direta, mas esse mundo objetivo não aparece de modo algum em nossa experiência imediata. Da mesma forma, o organismo, tomado como objeto de conhecimento distinto dos demais, resulta de um processo comparável de inferência ou construção, uma vez que só temos acesso direto ao corpo como parte de nossa experiência sensorial total. Por isso, os behavioristas teriam sido ingênuos ao argumentarem que a experiência direta não permite uma descrição objetiva e que faltaria à introspecção a principal virtude metodológica do trabalho de investigação científica na física, a saber, “achar-se o observador situado fora do sistema que observa” (Köhler, 1959, p. 13). A razão pela qual essa suposição seria ingênuo é que as observações realizadas pelo físico – como qualquer observação – dependeriam originariamente da experiência direta, de forma que o observador e o observado se encontrem, nesse momento, dentro do mesmo sistema (o organismo). Dois físicos que observem um galvanômetro, por exemplo, não estariam vendo o “mesmo” galvanômetro, embora suas experiências partam do mesmo objeto físico. Apesar disso, na maior parte dos casos, as informações dos dois observadores coincidem suficientemente para que se torne possível nelas confiar e considerá-las, de um ponto de vista metodológico, como equivalentes e intercambiáveis (isto é, como duas observações independentes da “mesma” medida). Isso indica que, ao menos em alguns casos, a crença em experiências específicas de outrem não pode ser considerada como um obstáculo ao progresso da ciência: “pelo menos algumas observações que se referem à experiência direta devem constituir uma base perfeitamente adequada para a ciência” (Köhler, 1959, p. 21).

Com essa crítica sintetizada acima, Köhler não visa apenas argumentar que a experiência direta estaria implicada em qualquer forma de observação – e, assim, apontar a



ingenuidade do behaviorismo, quando este defende a exclusão da experiência direta –, mas também fundamentar sua tese de que a experiência do próprio sujeito investigado pode ser usada para formular hipóteses sobre os processos nervosos que influenciam o comportamento. Essas hipóteses, segundo ele, seriam imprescindíveis para a construção do conhecimento psicológico.

Köhler recusa a ideia de que o comportamento possa ser explicado apenas a partir das condições externas estimulantes, a qual, segundo ele, pressupõe uma concepção mecânica do sistema nervoso, incompatível mesmo com o escasso conhecimento então disponível. Entre os estímulos sensoriais periféricos e as reações motoras aos mesmos, haveria sempre *processos orgânicos dinâmicos* que influenciam as reações, de forma que a compreensão do comportamento não poderia se dar apenas em função das condições externas, mas teria forçosamente que levar em consideração esses processos orgânicos intermediários. Assim, por exemplo, Köhler afirma:

Sabemos algumas coisas a respeito dos efeitos da estimulação sobre os órgãos sensoriais de nossos sujeitos e também observamos suas respostas manifestas. Mas entre esses dois termos, há mais *terra incógnita* do que havia no mapa da África setenta anos atrás. Evidentemente, o comportamento depende da dinâmica do organismo, assim como das condições externas. Na medida em que o interior do sistema vital ainda não é acessível à observação, nossa tarefa consistirá em formular hipóteses acerca dos fenômenos que ali ocorrem, pois muita coisa deve ocorrer entre o estímulo e a reação (Köhler, 1959, p. 33, grifos do autor).

Para formular essas hipóteses sobre os processos orgânicos que influenciam o comportamento, todas as pistas fornecidas pela fisiologia nervosa e pela endocrinologia deveriam ser consideradas; no entanto, diante da escassez de dados empíricos e da insuficiência do conhecimento biológico disponível, seria válido – e, na verdade, necessário – que essas hipóteses sobre as características dos processos nervosos fossem, pelo menos em parte, de natureza especulativa. Na sua formulação, a experiência direta do próprio sujeito investigado teria que ser considerada. Köhler argumenta que, no caso dos seres humanos, parte dos processos que se intercalam entre as condições externas e o comportamento são acompanhados de experiência direta e que seria legítimo basear-se nesta última para formular hipóteses sobre seus correlatos neurais:

Suponhamos que eu esteja sendo usado como sujeito. Nesse caso, o experimentador mais uma vez desejará conhecer que processos ocultos em meu sistema nervoso se interpõem entre as condições estimulantes observadas e o comportamento observado. Mas eu posso ajudá-lo a construir uma ponte sobre essa lacuna. Muitos aspectos do meu comportamento manifesto são acompanhados pela experiência direta. Ora, não duvidamos que essa experiência esteja estreitamente relacionada com alguns dos processos acerca dos quais o experimentador deseja ter pelo



menos uma hipótese de trabalho. Nessas circunstâncias, parece natural usar minha experiência direta como base para operações teóricas. É verdade que nem todos os eventos de meu sistema nervoso que contribuem para o meu comportamento são acompanhados de experiência direta. Nessa medida, qualquer hipótese que formulemos dessa maneira será de âmbito limitado. Deve-se deixar que, no futuro, a fisiologia supere essas limitações (Köhler, 1959, p. 36).

Köhler enfatiza que não se trata de supor a existência de processos não fisiológicos interferindo sobre o comportamento; em outras palavras, não se trata de supor a existência de uma interação *causal* entre a experiência direta e o comportamento. Basta supor que parte dos processos nervosos que influenciam o comportamento é acompanhada por experiência direta e que, “uma vez que a experiência dependa de fenômenos fisiológicos ocorridos no cérebro, ela deve conter sugestões sobre a natureza desses processos” (Köhler, 1959, p. 37). Assim, seria perfeitamente válido utilizá-la na formulação de hipóteses sobre os processos cerebrais concomitantes. A justificativa dessa possibilidade – ou, para colocá-lo de outro modo, essa licença de passagem entre as características da experiência e aquelas dos processos cerebrais concomitantes – é fornecida pelo “*princípio do isomorfismo*”, de acordo com o qual a ordem daquilo que é experienciado seria estruturalmente idêntica à ordem funcional na distribuição dos processos cerebrais ocultos. Dessa maneira, seria o princípio do isomorfismo que legitimaria a possibilidade de formular hipóteses sobre as características dos processos cerebrais a partir das características observadas em nossa experiência consciente. Dado o isomorfismo entre a experiência consciente, diretamente acessível à observação, e os processos cerebrais ocultos – assim como a constatação de que o conhecimento da primeira é maior e mais completo do que o desses últimos –, seria válido e útil para a psicologia utilizar o conhecimento obtido sobre a experiência direta para formular hipóteses sobre os processos cerebrais subjacentes.

Köhler argumenta que tanto o behaviorismo estímulo-resposta quanto o estruturalismo de Titchener pressuporiam uma concepção mecânica do sistema nervoso, segundo a qual apenas as condições topográficas originais (isto é, a distribuição espacial e anatômica das estruturas nervosas) ou as alterações adquiridas das mesmas (uma lesão cerebral, por exemplo) determinariam completamente a ordem dos processos, de forma que quaisquer inter-relações dinâmicas entre os mesmos encontrar-se-iam *a fortiori* excluídas. Em contraposição a esse equívoco compartilhado, a psicologia da Gestalt sustenta que a própria natureza da experiência sensorial conduz na direção de uma teoria cujo arcabouço conceitual enfatizaria, acima de tudo, os fatores dinâmicos. De acordo com suas hipóteses, os processos neurais e os psíquicos apresentariam uma autodistribuição dinâmica que atuaria na direção de um equilíbrio. Embora a presença de restrições anatômicas influenciando os processos tivesse que ser admitida, a maneira como tais processos transcorreriam seria determinada, principalmente, por essas autodistribuições dinâmicas.



Em sistemas como os organismos vivos, nos quais não há restrições muito rígidas determinando a ordem dos processos – ou seja, nos quais os fatores topográficos não se sobrepõem aos dinâmicos, assim como ocorre em uma máquina –, a tendência da dinâmica dos processos é estabelecer distribuições bem ordenadas. Os próprios fatores dinâmicos são, então, responsáveis por essa tendência, e não as coerções externas, observa Köhler (1959). Nesses sistemas, em cada ocasião determinada, há sempre certa força resultante em cada ponto, e todas essas resultantes, tomadas em conjunto, constituem uma forma contínua de tensão. Para o sistema como um todo, o efeito imediato só pode ter uma direção: todas as mudanças locais devem ser tais que, quando consideradas em sua totalidade, levam o sistema para mais perto de um equilíbrio de força. Köhler argumenta que:

Não temos motivos para negar que a tarefa que esta teoria enfrenta é enormemente mais difícil do que qualquer coisa com a qual a teoria mecanicista tenha que lidar. Quando qualquer indagação sobre a distribuição de processos é respondida em função de disposições anatômicas, não serão necessários muitos conhecimentos acerca da natureza dos processos envolvidos. Por outro lado, uma teoria na qual a dinâmica desempenha um papel essencial não pode ser elaborada sem conhecimento dos princípios de autodistribuição em geral, ou sem hipóteses acerca da natureza dos processos participantes. Na ausência de provas fisiológicas suficientes, relativas a esses processos, as hipóteses sobre sua natureza só podem ser derivadas de fatos da experiência sensorial (Köhler, 1959, p. 78).

Talvez quem apresente a mais explícita e eloquente defesa da justificativa e da necessidade da especulação na construção das teorias psicológicas seja Kurt Koffka em seu *Princípios de Psicologia da Gestalt*. De fato, ele conclui os capítulos dedicados à memória e à elaboração do que denomina ali uma “teoria do traço” procurando justificar o caráter especulativo das hipóteses que compõem essa teoria e formulando, para tanto, uma defesa geral da especulação em psicologia. Vale a pena citar essa passagem – intitulada pelo autor justamente como “Em defesa das hipóteses especulativas” –, uma vez que se trata da mais exemplar manifestação da posição teórica que procuramos descrever:

Para um crítico que objetasse todas as minhas hipóteses e que dissesse “por que tanta especulação sobre uma base tão exígua de fatos?”, eu responderia: se pretendo continuar com meu programa e fornecer uma explicação sistemática dos fatos da psicologia como é possível no presente, tenho que introduzir o conceito de traços [de memória] de uma maneira concreta; esse conceito deve ser suficientemente bem definido para admitir uma interpretação concreta. Ele deve enfrentar as dificuldades que lhe sejam inerentes e tentar superá-las de um modo consistente com todo o sistema de pensamento desenvolvido e com os fatos na medida em que nós os conheçamos. Estou convencido de que, no devido tempo, minhas hipóteses terão que ser modificadas, porque entrarão em conflito com novos fatos recentemente descobertos. Mas estou também convencido de que, sem um sistema de hipóteses tão rígido e concreto quanto possível, mesmo que estas



sejam especulativas, nenhum trabalho sistemático de pesquisa será possível. Tal como leio o sinal dos tempos, audácia e não cautela deve ser a palavra de ordem (Koffka, 1935/1963, p. 464).

Em suma, para a psicologia da Gestalt, a psicologia não poderia se abster de formular hipóteses sobre os processos orgânicos – em particular, sobre os processos nervosos – que influenciariam o comportamento e que seriam parcialmente acompanhados pela experiência direta. A sua crítica a respeito da exclusão desta última do âmbito da investigação psicológica, tem como objetivo sustentar que o estudo da experiência se justifica, entre outras coisas, como um meio para auxiliar na compreensão dos processos nervosos subjacentes ao comportamento. Como afirmou Köhler (1959), entre a recepção dos estímulos sensoriais pela periferia do sistema nervoso e as reações do organismo, seria preciso supor processos nervosos dotados de uma capacidade de autodistribuição (isto é, de auto-organização) dinâmica e que, portanto, desempenham um papel crucial na estruturação dos estímulos externos. O indivíduo reage a uma situação, prossegue o autor, primeiro em função da sua organização e, depois, em função do comportamento que depende dos resultados dessa organização. Assumido o pressuposto de um isomorfismo de princípio entre as características da experiência consciente e aquelas dos processos nervosos concomitantes, torna-se justificável para a psicologia voltar-se para a experiência visando extrair dela hipóteses sobre sua base neural. Köhler insiste que, diante da ausência de um conhecimento biológico empírico que seja suficiente para formular as hipóteses necessárias sobre a natureza dos processos nervosos e diante do conhecimento mais completo disponível sobre a experiência sensorial, torna-se necessário esse tipo de medida.

Trata-se agora de verificar se é possível encontrar na teoria psicanalítica de Sigmund Freud, um posicionamento equivalente a respeito da necessidade de incluir hipóteses especulativas sobre os processos nervosos na construção do conhecimento psicológico.

A especulação e o sentido dos modelos teóricos freudianos

Desde muito cedo no desenvolvimento de suas investigações, Freud percebe a necessidade de formular um conjunto de conceitos teóricos sistematicamente articulados para fundamentar suas investigações; esse aspecto da teorização psicanalítica e o corpo teórico que daí resulta foram por ele, então, denominados “metapsicologia”. O pensamento metapsicológico de Freud consiste numa reflexão que busca sistematizar os resultados obtidos da investigação empírica em psicanálise (clínica, em geral, mas não exclusiva, nem necessariamente), representando, assim, um trabalho de demonstração, justificação e fundamentação das teses centrais da teoria psicanalítica. Embora haja divergências a respeito da natureza da metapsicologia freudiana (Simanke, 2009), há evidências bastante significativas de que Freud a concebia como uma espécie de neuropsicologia especulativa, de



tal forma que, em última instância, toda reflexão metapsicológica consistiria na formulação especulativa de hipóteses sobre a natureza e as características dos processos neurais que constituem o psíquico inconsciente e que teriam como correlatos, algumas vezes, os fenômenos psíquicos conscientes (Caropreso, 2010a). Inicialmente, essas hipóteses metapsicológicas são formuladas em linguagem explicitamente neurológica, como é caso do célebre manuscrito normalmente intitulado *Projeto de uma psicologia* (Freud, 1950/1987). A partir de certo momento, contudo, Freud passa a adotar uma linguagem predominantemente psicológica. No entanto, ele deixa bastante claro que considera essa estratégia como provisória e que as noções metapsicológicas que descrevem o funcionamento do seu “aparelho psíquico” são hipóteses sobre os processos nervosos que constituiriam esse aparelho.

O pensamento metapsicológico freudiano parte de um posicionamento bastante claro a respeito da relação entre o aspecto funcional e a estrutura anatômica do sistema nervoso. Esse posicionamento, por sua vez, se reflete na maneira como Freud concebe o papel desempenhado pela análise dos dados clínicos na construção de hipóteses sobre o funcionamento cerebral. Em seu ensaio *Sobre a concepção das afasias* (Freud, 1891) – que pode ser considerado o ponto de partida da metapsicologia freudiana –, Freud analisa criticamente algumas das principais hipóteses localizacionistas então vigentes sobre o funcionamento normal e patológico da linguagem e procura demonstrar que os pressupostos sobre os quais essas teorias se baseavam eram clínica e conceitualmente insustentáveis. A hipótese principal dessas concepções da afasia era que cada uma das funções da linguagem estaria sediada em uma região anatomicamente delimitada do córtex e que essas funções seriam executadas de forma independente uma das outras. Assim, uma lesão numa área determinada teria como efeito apenas a perda da função desempenhada por aquela área. Seria possível, portanto, inferir a localização das lesões a partir da observação das funções prejudicadas; no sentido inverso, poder-se-ia prever o sintoma identificando-se a localização da lesão. A concepção sobre o sistema nervoso implícita nessas teorias o representa como dotado de um funcionamento basicamente mecânico, no qual os fatores topográficos – isto é, a distribuição e as relações espaciais entre os centros anatômicos que executam as funções – seriam os principais determinantes de seu funcionamento.

A partir da análise de uma série de casos de afasia descritos na literatura médica, assim como da análise crítica da coerência interna das teorias localizacionistas, Freud argumenta que as várias funções da linguagem dependem, em diferentes graus, umas das outras e que a mesma área anatômica pode estar envolvida no desempenho de mais de uma função. Ele rejeita, então, a diferenciação entre “centros” (áreas de armazenamento dos correlatos das impressões sensoriais elementares) e “vias associativas” (que associariam esses centros entre si), que era uma hipótese central das teorias que critica. Freud sustenta, ao contrário, que a área da linguagem deva ser pensada como uma *área cortical homogênea*, onde ocorreriam



processos excitatórios dinâmicos dos quais resultariam as propriedades funcionais. Ele rejeita a possibilidade de inferir a localização das funções da linguagem a partir da mera correlação entre a localização da lesão e os fenômenos deficitários clinicamente observáveis – isto é, da aplicação do método clínico-patológico na sua forma consagrada pela afasiologia do século XIX. Conseqüentemente, rejeita também a possibilidade de se construírem modelos do funcionamento global da linguagem, tendo em vista apenas as relações entre essas diferentes localizações. Segundo o que Freud procura demonstrar nesse ensaio de 1891, as propriedades funcionais da linguagem podem ser mais bem compreendidas atentando-se, antes de tudo, para a sintomatologia *positiva* das afasias, isto é, para as características do funcionamento que permanecem a despeito da lesão ou surgem em decorrência desta e do déficit funcional correspondente (Caropreso, 2008).

A maneira como Freud pensa a relação entre a “área” (*Sprachgebiet*) e o “aparelho” de linguagem (*Sprachapparat*) nesse trabalho – isto é, entre a anatomia e a fisiologia da linguagem – resulta numa autonomia, pelo menos relativa, do ponto de vista funcional com relação à estrutura anatômica do sistema nervoso. Embora, evidentemente, os fatores anatômicos não possam ser desconsiderados na compreensão da fisiologia da linguagem, não haveria uma determinação direta e exclusiva das propriedades funcionais pelas localizações anatômicas. Essa autonomia relativa do aspecto funcional e a possibilidade de formular hipóteses sobre a natureza dos processos fisiológicos, a partir da análise da fenomenologia da linguagem normal e patológica, é um dos princípios que permanecerá sempre na base das construções metapsicológicas freudianas posteriores.

Outro dos pressupostos implícitos nas teorias localizacionistas, que é igualmente recusado por Freud, é a hipótese de que os processos psíquicos e os neurais possuam as mesmas características. Essa hipótese estaria implícita na própria diferenciação estabelecida por essas teorias entre os centros e as vias associativas. De acordo com essa concepção, uma ideia simples teria como correlato uma modificação morfológica hipotética (um engrama, segundo certa terminologia) ocorrida numa célula de um dos centros. Dessa forma, da mesma maneira como uma ideia complexa resultaria da associação entre ideias simples, o correlato neural de uma ideia complexa resultaria da associação entre uma série de engramas ou modificações morfológicas desse tipo. A esse respeito, Freud afirma:

Na psicologia, a ideia simples é para nós algo elementar que podemos diferenciar claramente de sua conexão com outras idéias. Esta é a razão por que nos sentimos tentados a presumir que o seu correlato fisiológico, quer dizer, a modificação das células nervosas que se originam pela estimulação das fibras nervosas, seja também algo simples e localizável. Tal inferência, com certeza, carece de todo fundamento. As qualidades dessa modificação têm que ser estabelecidas em si mesmas e independentemente de seus concomitantes psicológicos (Freud, 1891, p. 70).



Freud sustenta que os fenômenos psíquicos teriam sempre como correlatos processos associativos corticais, de forma que, no nível dos processos fisiológicos, não seria possível diferenciar entre uma “representação” e sua “associação”. Ele insiste em que perceber já é, de imediato, associar, o que significa que cada novo elemento sensorial recebido só se inscreve (representa) no plano cortical como parte de um processo, adquirindo sua significação funcional no contexto do processo em que se insere e, por sua vez, alterando, por sua própria inserção, a significação funcional do processo como um todo (a esse processo Freud denomina “sobreassociação”, para distinguir-se de uma associacionismo mais mecanicista). Como resultado, os eventos corticais são sempre complexos (processos associativos dinâmicos do tipo descrito acima), mesmo que, na experiência do sujeito, sua expressão apareça como um fenômeno elementar (uma sensação simples, por exemplo). Isso equivale a afirmar que o simples psicológico sempre corresponda a algo complexo do ponto de vista neurológico. Tal posição pode ser definida como a recusa, por parte de Freud, da suposição de um isomorfismo entre o psíquico (nesse caso, ainda, o psíquico consciente) e o neurológico. Bourguignon expressa exatamente nesses termos o princípio pressuposto pelos modelos teóricos freudianos:

qualquer tentativa de representação do cérebro por uma imagem-modelo isomórfica está fadada ao fracasso (...). Saindo desse impasse, Freud renunciou definitivamente à representação isomórfica, construindo então modelos abstratos, comumente designados pelas expressões *primeira tópica* e *segunda tópica* (Bourguignon, 1991, p. 123, grifos do autor)².

Em 1891, Freud ainda identifica o psiquismo ao consciente e assume certa forma de paralelismo entre os processos psíquicos e os neurais, como fica claro na seguinte passagem:

A relação entre a cadeia de processos fisiológicos que se dão no sistema nervoso e os processos mentais provavelmente não é de causa e efeito. Aqueles não cessam quando estes começam; tendem a continuar, porém, a partir de certo momento, um fenômeno mental corresponde a cada parte da cadeia ou a várias partes. O processo psíquico é, portanto, paralelo ao fisiológico, um *concomitante dependente* (Freud, 1891, p. 70).

Os processos psíquicos seriam concomitantes a processos associativos corticais que consistiriam na última etapa de uma série de reorganizações sucessivas que a informação sensorial sofreria desde sua recepção periférica, em seu trajeto até o córtex. Com essa ênfase na reorganização constante dos processos, Freud recusa também a hipótese de uma projeção ponto por ponto da periferia do sistema nervoso sobre o córtex e argumenta, a partir dos

² Bourguignon considera que esse princípio se consolida em Freud após o abandono do *Projeto de uma psicologia*, cujos modelos ainda seriam isomórficos. Procuramos argumentar acima que a ruptura com o isomorfismo é inaugural em Freud e pode ser remontada à sua crítica do localizacionismo em *Sobre a concepção das afasias*.



dados neurofisiológicos disponíveis, que tal projeção poderia ocorrer apenas entre a periferia sensorial e a medula. Entre esta última e o córtex, a informação sensorial sofreria essa série de reorganizações sucessivas, que seriam determinadas por princípios funcionais do sistema nervoso. O processo cortical associativo – que teria como concomitante os fenômenos psíquicos – produziria, assim, uma última reordenação dos estímulos sensoriais recebidos, de forma que os correlatos das representações possuiriam uma relação bastante indireta com a informação bruta oriunda do mundo externo e, mais ainda, com os objetos dos quais ela provém. Isso sugere que, tanto para Freud quanto para a psicologia da Gestalt (tal como foi ilustrado pelas observações de Köhler mencionadas acima), o conhecimento do mundo externo, assim como o do próprio organismo, só poderia resultar de um processo inferencial indireto, uma vez que toda percepção de algo exterior seria organizada por processos fisiológicos. No entanto, para Freud, haveria um fator complicador suplementar, uma vez que não se poderia falar de um isomorfismo entre as características de nossa experiência e aquelas dos processos neurais correspondentes.

Mas mesmo essa diferença talvez possa ser relativizada. Luccio (2010) observa que há muitos mal-entendidos que cercam o conceito de isomorfismo, devido às ambiguidades dos próprios gestaltistas e à própria escolha do termo (“isomorfismo” em álgebra designa uma relação ponto por ponto entre dois domínios). Mas haveria muitas evidências de que esse não é o sentido pretendido para o conceito (a troca de correspondência entre Wertheimer e Boring nos anos 30 seria exemplar nesse sentido), que não designaria uma correspondência um a um entre elementos, mas sim uma similaridade de estrutura. O próprio Köhler teria afirmado explicitamente que o princípio do isomorfismo se aplica apenas no que se refere às propriedades de forma. Além disso, o isomorfismo se referiria, sobretudo, à relação entre a atividade cerebral e a experiência consciente, e não à relação entre a estimulação periférica e a atividade cerebral (Luccio, 2010). Como vimos, é uma relação ponto por ponto entre essas duas últimas que é recusada por Freud, de modo que sua posição não seria incompatível com esse aspecto, pelo menos, da concepção de isomorfismo da psicologia da Gestalt. Outro mal-entendido frequente seria atribuir à esta psicologia uma posição dualista em função de sua insistência no isomorfismo, como relação entre dois domínios distintos. Contudo, Engelmann (2002) observa que o princípio do isomorfismo pressupõe um monismo: as duas “faces” seriam maneiras distintas de considerar a mesma coisa. Moraes (2010) comenta que “a relação isomórfica entre o psíquico, o fisiológico e o físico marca um monismo de princípios, de tal modo que, no plano das explicações finais, há apenas um universo de discurso sobre o qual se situam as ciências naturais” (p. 68). Seja como for, assim como Köhler, Freud certamente também julga possível e necessário formular hipóteses sobre os processos nervosos a partir dos fenômenos psíquicos acessíveis à nossa experiência.

Em seu *Projeto de uma psicologia*, texto escrito em 1895 e publicado apenas em 1950, Freud finalmente abandona a identificação entre o mental e o consciente e incorpora, em sua



teoria metapsicológica, o conceito de psíquico inconsciente. A estratégia por ele utilizada para tanto foi identificar os processos psíquicos inconscientes aos processos neurais que, de acordo com as hipóteses expostas no ensaio sobre as afasias de 1891, seriam apenas os concomitantes do psíquico. Dessa forma, Freud parece deslocar a relação de concomitância, que antes supunha existir entre os processos neurais e os psíquicos (ou conscientes): esta agora se situaria entre o psíquico inconsciente (que consistiria em processos neurais) e a consciência. Até os seus últimos trabalhos, ele continua sustentando que é justificável e necessário considerar esses processos neurais como o “psíquico genuíno”:

Muitos, situados tanto dentro da ciência como fora dela, se conformam em adotar a suposição de que a consciência é, só ela, o psíquico (...). Há acordo geral, contudo, de que esses processos conscientes não formam séries sem lacunas, fechadas em si mesmas, de modo que não haveria outra alternativa a não ser adotar a suposição de uns processos físicos ou somáticos concomitantes do psíquico, aos quais parece necessário atribuir uma perfeição maior do que às séries psíquicas, pois alguns deles têm processos conscientes paralelos e outros não. Isso sugere, de uma maneira natural, por o acento, na psicologia, sobre esses processos somáticos, reconhecer neles o psíquico genuíno e buscar uma apreciação diversa para os processos conscientes (Freud, 1940/1998c, p. 155).

No seu *Projeto de uma psicologia*, Freud formulara a hipótese de um aparelho neuronal, o qual consiste numa extensão da hipótese do “aparelho de linguagem” elaborada em 1891. Esse aparelho neuronal seria composto por um sistema de percepção (*phi*), que seria responsável pela recepção de excitações exógenas; um sistema responsável pela memória e pelos processos psíquicos em geral (*psi*); e, finalmente, um sistema responsável pela consciência (*omega*). Tanto a consciência quanto o comportamento voluntário só surgiriam como resultado de processos complexos que ocorressem nesse aparelho e só poderiam ser compreendidos tendo em vista esses processos inconscientes – e, em última instância, neurais – que os precedessem. Em toda a teoria freudiana posterior do aparelho psíquico, essa hipótese permanece implícita. As diversas versões do aparelho psíquico elaboradas por Freud podem ser compreendidas, em seu conjunto, como uma teoria sobre os processos psíquicos inconscientes e conscientes que se intercalam entre a recepção de estímulos sensoriais (exógenos e endógenos), por um lado, e as ações executadas pelo indivíduo, como fica claro no esquema utilizado por Freud no capítulo 7 de *A interpretação dos sonhos* (1900).

No *Projeto de uma psicologia*, Freud ainda procura estabelecer uma correspondência anatômica geral para os sistemas propostos e busca descrever os processos que os constituem usando um vocabulário predominantemente neurológico. Como aponta Geerardyn (1997), este trabalho consiste num experimento de pensamento motivado pela expectativa de que dados neurológicos conhecidos poderiam auxiliar a formulação de uma teoria psicológica que explicasse os fenômenos observados na clínica. Já a metapsicologia posterior ao *Projeto*



passa a ser formulada em termos quase que exclusivamente psicológicos. Essa característica frequentemente levou à conclusão de que Freud deixou de lado suas especulações neuropsicológicas iniciais. No entanto, em várias passagens – como é o caso, inclusive, da passagem do *Esboço de psicanálise* (1940) citada anteriormente –, Freud deixa claro que os processos psíquicos inconscientes, que ele busca explicar, são processos nervosos e que a opção por abordá-los usando termos psicológicos não decorreu de uma mudança de posição ontológica a respeito dos mesmos, mas sim de uma reformulação epistemológica devida, sobretudo, à escassez do conhecimento biológico disponível para satisfazer as necessidades da teoria. Assim, por exemplo, em seu texto *O interesse pela psicanálise*, Freud afirma:

De fato, desde o lado do seu nexos com o consciente, com o qual tem tantas coisas em comum, é fácil descrever o inconsciente e persegui-lo em seus desenvolvimentos. Contudo, hoje, parece não haver possibilidade de se aproximar dele pelo lado do processo físico. Portanto, tem que continuar sendo objeto da psicologia (Freud, 1913/1998a, p. 181).

Em várias outras passagens, ele manifesta essa mesma crença de que essa abordagem do psiquismo inconsciente em termos exclusivamente psicológicos seria provisória. Em *Introdução ao narcisismo*, podemos ler: “deve-se recordar que todas as nossas provisórias psicológicas deverão, um dia, se assentar no terreno dos substratos orgânicos” (Freud, 1914/1998b, p. 46).³ Diante dessas evidências, diversos autores (Pribram & Gill, 1976; Solomon, 1976; Sulloway, 1992, entre outros) foram levados a reconhecer essa permanência da referência neurológica em Freud. Solomon, por exemplo, afirma:

A teoria da mente em Freud, que ele começou a formular de maneira sistemática em 1895, começa com uma aceitação explícita de um modelo neurofisiológico e parcialmente neuroanatômico (...). Freud nunca abandona seu modelo neurofisiológico (...): ele abandona as limitações neuroanatômicas desse modelo (Solomon, 1976, p. 40).

Dessa maneira, a elaboração de hipóteses metapsicológicas, ao longo de todo o percurso da obra de Freud, deixa claro que, para ele, a construção de uma teoria psicológica necessariamente precisaria incluir hipóteses, mesmo que especulativas, sobre os processos orgânicos que estão na base e na origem dos fenômenos mentais. Os pressupostos que legitimam tal procedimento já estão dados no texto de 1891 sobre as afasias. A relativa autonomia da função com relação à sua base anatômica ali estabelecida – isto é, o fato de que as propriedades funcionais dos processos emergem de sua organização global e não podem

³ Caropreso (2010b) analisa, de forma mais exaustiva, os diversos momentos da obra em que Freud manifesta sua convicção de que a abordagem exclusivamente psicológica dos processos psíquicos inconsciente seria provisória e deveria algum dia ser substituída por uma neuropsicologia explícita. Ver Simanke e Caropreso (2011) para uma análise detalhada das passagens em que Freud reitera a continuidade de seu projeto inicial de uma teoria neurobiológica da mente e para a refutação dos argumentos em contrário.



ser reduzidas à ação localizada de estruturas anatômicas específicas – permite a Freud continuar formulando modelos neuropsicológicos especulativos para explicar a natureza dos processos psíquicos⁴. Esses modelos, devido à escassez de conhecimento neurológico empírico suficiente, são, pelo menos em parte, construídos inferencialmente, a partir de evidências indiretas fornecidas pelos aspectos observáveis da experiência consciente, tal como esta se expressa pelo comportamento e pela linguagem. As propriedades não observáveis, que precisam ser supostas para explicar como a experiência consciente se apresenta, podem ser, então, atribuídas ao psiquismo inconsciente, que se distingue, assim, apenas funcionalmente – e não mais substancialmente – dos processos neurofisiológicos que os modelos supõem ocorrerem no sistema nervoso. A autonomia do ponto de vista funcional estabelecida de início, desde o trabalho de Freud com as afasias, permite-lhe, assim, deixar de lado, pelo menos provisoriamente, o problema de sua correspondência anatômica. Na seguinte passagem de *O inconsciente*, Freud deixa bastante claro que a correspondência anatômica do aparelho psíquico está sendo apenas provisoriamente deixada de lado: “Nossa tópica psíquica *provisoriamente* nada tem a ver com a anatomia; se refere a regiões do aparelho psíquico, onde quer que estejam situadas dentro do corpo, e não a localidades anatômicas” (Freud, 1915/1982b, p. 133, grifos do autor).

Se essa estratégia de teorização não deixa completamente de lado, portanto, o problema da localização anatômica, ela tampouco contempla a possibilidade de dispensar o recurso aos dados da experiência consciente. Freud reconhece, explícita e textualmente, que a consciência é “a única luz que nos ilumina e guia na obscuridade da vida psíquica” (Freud, 1940/1998d, p. 288). Assim como Köhler, o psicanalista critica veementemente a posição do behaviorismo de que a experiência consciente poderia vir a ser descartada como objeto de estudo da psicologia: “Uma orientação extrema, como o behaviorismo nascido nos Estados Unidos, acredita poder edificar uma psicologia prescindindo desse fato básico [de que todo o conhecimento do mental começa pela consciência]!” (Freud, 1940/1998c, p. 155).

Considerações Finais

Tanto Freud quanto Köhler – tomado aqui como representativo da posição da psicologia da Gestalt diante desse problema – enfatizam a necessidade de que a psicologia leve em consideração, na formulação de suas teorias, os processos orgânicos (em particular os processos neurais) que influenciam e/ou determinam o comportamento e subjazem à nossa experiência consciente. No entanto, diferentemente de Köhler, Freud considera que uma parte desses processos neurais pode legitimamente ser considerada como constituindo o que ele definiu como sendo o psiquismo inconsciente. Por conseguinte, para ambas as

⁴ Para uma discussão mais completa da função das hipóteses especulativas na construção da metapsicologia freudiana, veja-se Fulgêncio (2008).



teorias, a psicologia não seria uma área de conhecimento totalmente autônoma com relação à biologia e à neurofisiologia, uma vez que a observação psicológica deixa lacunas de conhecimento a serem preenchidas por essas disciplinas ou, na insuficiência *provisória* desse conhecimento, por inferências indiretas sobre a natureza dos processos neurais subjacentes feitas a partir da informação psicológica disponível.

Não deixa de ser significativo que uma posição semelhante possa ser encontrada em outros autores que, como Freud e a psicologia da Gestalt, criticaram o atomismo psicológico e, ao mesmo tempo, defenderam o caráter científico-naturalista da psicologia. Para acrescentar, a título de ilustração, outra posição semelhante, pode-se observar que a mesma concepção está presente, por exemplo, já no pensamento de William James, para quem a psicologia teria como objetivo central o estudo das correlações entre os processos mentais e os neurais. Num texto intitulado *Apelo para que a psicologia seja uma "ciência natural"*, publicado em 1892, James observa que, no estado em que se encontrava então, a psicologia não poderia ser caracterizada ainda como uma "ciência natural", mas sim como um "programa" de uma "ciência das correlações entre estados mentais e estados cerebrais" (James, 1892/1983, p. 275). Nesse mesmo texto, ele afirma ainda:

quando considero o panorama geral e vejo que quase toda vida nova que ingressou na psicologia dos últimos anos veio dos biólogos, médicos e pesquisadores psíquicos, sinto como se a coisa temerária a se fazer fosse solapar seu impulso para constituir uma ciência ao seu próprio modo, como um ramo da biologia (James, 1892/1983, p. 273).

Já em seu *Princípios de psicologia*, ele havia definido a psicologia como a "Ciência da Vida Mental, tanto de seus fenômenos como de suas condições" (James, 1890/1981, p. 15). As condições da vida mental para ele, como esclarece Heidbreder (1933/1976), estariam no corpo e, principalmente, no cérebro.

Os pontos de vista de Freud e da psicologia da Gestalt também convergem a respeito da legitimidade de que a psicologia, diante da insuficiência do conhecimento neurológico disponível, formule hipóteses especulativas sobre os processos nervosos utilizando para tanto as evidências fornecidas pela consciência. Em ambas as teorias, há um claro reconhecimento do caráter pelo menos parcialmente subjetivo indissociável de toda experiência consciente – ou seja, de que a organização que os processos orgânicos impõem aos estímulos provenientes do mundo externo faz com que nossas representações possuam tão somente uma relação indireta com o mesmo. Contudo, ambas igualmente reconhecem que a consciência é a única via de acesso ao mundo externo, ao organismo e ao comportamento, de modo que jamais a psicologia, e tampouco as demais ciências, dela poderia prescindir. Dentro da psicologia da Gestalt, como vimos, Köhler defende o princípio do isomorfismo, o qual legitima, para a psicologia, a possibilidade de formular hipóteses sobre a dinâmica neural a partir da fenomenologia da nossa experiência consciente. Já Freud



parte de uma ruptura com a tese de um isomorfismo entre processos psíquicos e neurais. Mas não podemos perder de vista que o isomorfismo com o qual Freud rompe é consideravelmente distinto daquele pressuposto pela psicologia da Gestalt e não representa um obstáculo absoluto para a aproximação entre as duas teorias.

O que Freud recusa é a hipótese, pressuposta pelas teorias localizacionistas que ele critica, de que aquilo que é simples do ponto de vista de nossa experiência consciente corresponda a algo igualmente simples do ponto de vista neurológico – que uma imagem acústica, por exemplo, corresponda a alguma espécie de engrama contido em uma célula cortical singular. Cada aspecto elementar dos processos psíquicos conscientes, para ele, teria como concomitante um intrincado processo cortical, de forma que o simples, do ponto de vista psíquico, corresponderia necessariamente a algo complexo, do ponto de vista neurológico. Dessa forma, Freud parece manter a possibilidade de diferenciarmos, no âmbito da nossa experiência consciente, entre os “elementos” simples que compõe os complexos, embora a associação entre os primeiros não seja mais pensada como ocorrendo de forma mecânica (Caropreso, 2008). Já a psicologia da Gestalt recusa essa possibilidade. Um dos pontos centrais de sua teoria, como sabemos, é a defesa da hipótese de que os elementos simples que a psicologia estruturalista buscava isolar nos complexos psíquicos consistem em abstrações, uma vez que, em nossa experiência, não poderia haver elementos isolados, mas apenas complexos organizados, isto é, formas ou estruturas. Toda experiência consciente possuiria, assim, uma organização isomórfica à ordem funcional nos processos cerebrais inacessíveis à observação. Dessa maneira, ao recusar a possibilidade de diferenciar entre elementos simples e complexos em nossa experiência consciente e ao propor o isomorfismo, a psicologia da Gestalt parece ter ido além de Freud. Neste, o que é recusado é uma correspondência ponto por ponto entre a experiência consciente (na qual seria possível diferenciar o simples do complexo) e os processos neurais correspondentes (que seriam, para cada elemento da experiência consciente, sempre processos associativos dinâmicos e complexos). Köhler, como foi visto, ao recusar a possibilidade de diferenciar entre o que é simples e o que é complexo em nossa experiência consciente, pôde assumir integralmente o princípio do isomorfismo. Tanto ele quanto Freud, no entanto, rejeitam uma determinação estrita dos aspectos funcionais pela localização anatômica e colocam a ênfase maior nos fatores dinâmicos e em sua autonomia relativa.

Os posicionamentos da psicologia da Gestalt e de Freud a respeito da legitimidade da necessidade de a psicologia incluir, em suas teorias, hipóteses a respeito dos processos orgânicos que constituem a base dos processos psíquicos trazem, como consequência, a necessidade dessa disciplina estar em constante diálogo com as ciências biológicas. Isso nos permite extrair dessas considerações algumas reflexões frutíferas para o contexto atual da psicologia. Embora, ao longo do século XX e nesse início do século XXI, o conhecimento sobre o funcionamento do cérebro e dos demais processos fisiológicos tenha aumentado



enormemente e permitido uma compreensão crescente de uma série de processos orgânicos que estão na base dos processos psíquicos, ainda há muita polêmica a respeito da necessidade de diálogo entre a psicologia e a biologia e a respeito do grau de autonomia da primeira em relação à segunda. Encontramos, no campo da psicologia, desde posicionamentos que defendem uma autonomia total da psicologia frente à biologia e aos estudos neurocientífico (Aizawa & Gillett, 2011; Bem, 2001) – às vezes, baseando-se, explícita ou implicitamente, em alguma espécie de ontologia dualista (Foster, 2002) – até posicionamentos que defendem que a psicologia deverá vir a ser substituída pelas neurociências, a partir de pressupostos monistas que afirmam a identidade entre os processos psíquicos e os cerebrais (Armstrong, 1968/2002; Churchland, 1989). No primeiro caso, teríamos uma “psicologia sem cérebro” e, no segundo, um “cérebro sem psicologia”. Tanto Freud quanto a psicologia da Gestalt, no entanto, mesmo partindo de ontologias monistas e reconhecendo a relação de dependência entre processos psíquicos e os processos orgânicos, ressaltam, por um lado, a necessidade de a psicologia estar atenta ao conhecimento biológico e, por outro, o papel essencial dos dados psicológicos conscientes na construção de hipóteses sobre a base orgânica do psíquico. Dessa maneira, esses autores chamam a atenção para a necessidade de constante diálogo entre as duas disciplinas e para a complexidade da relação epistêmica entre ambas, sem que essa relação implique, de maneira alguma, qualquer forma de subordinação.

Referências

- Aizawa, K. & Gillett, C. (2011). The autonomy of psychology in the age of neuroscience. Em P. M. Illari & F. Russo (Org.s). *Causality and science* (pp. 202-223). Oxford, Inglaterra: Oxford University Press.
- Araujo, S. F. (2010). O estruturalismo de Edward Titchener. Em A. A. L. Ferreira (Org.). *A pluralidade do campo psicológico* (pp. 39-51). Rio de Janeiro: UFRJ.
- Armstrong, D. M. (2002). *A materialist theory of the mind*. London: Routledge.
- Bem, S. (2001). The explanatory autonomy of psychology: why a mind is not a brain. *Theory & Psychology*, 11(6), 785-795.
- Bourguignon, A. (1991). Alguns problemas epistemológicos colocados no campo da psicanálise freudiana. Em A. Bourguignon (Org.) *O conceito de renegação em Freud e outros ensaios* (V. Ribeiro, Trad.). (pp. 101-138). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Bunge, M. & Ardila, R. (1988). *Filosofia de la psicología*. Barcelona, Espanha: Ariel Psicologia.
- Caropreso, F. (2008). *O nascimento da metapsicologia: representação e consciência na obra inicial de Freud*. São Carlos, SP: EDUFSCar.



- Caropreso, F. (2010a). *Freud e a natureza do psíquico*. São Paulo: AnnaBlume.
- Caropreso, F. (2010b). Metapsicologia, psicologia, neuropsicologia: considerações acerca do sentido da reflexão metapsicológica no pensamento freudiano. Em R. T. Simanke, A. J. G. Menéndez, F. Caropreso, I. Barbelli & J. C. Brocchi (Org.s). *Filosofia da psicanálise: autores, diálogos, problemas* (pp. 133-154). São Carlos, SP: EDUFSCar.
- Churchland, P. S. (1989). *Neurophilosophy: toward a unified science of the mind-brain*. Cambridge, Estados Unidos da América: MIT.
- Engelmann, A. (2002). A psicologia da Gestalt e a ciência empírica contemporânea. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 18(1), 1-16.
- Foster, J. (2002). *The immaterial self: a defense of the Cartesian dualist conception of the mind*. London: Taylor and Francis. (Original publicado em 1991).
- Freud, S. (1891). *Zur Auffassung der Aphasien: eine Kritische Studie*. Leipzig, Alemanha: Franz Deuticke.
- Freud, S. (1982a). *Studienausgabe, v. II: Die Traumdeutung*. Frankfurt, Alemanha: Fischer. (Original publicado em 1900).
- Freud, S. (1982b). Das Unbewusste. Em S. Freud. *Studienausgabe* (Vol. 3, pp. 119-162). Frankfurt, Alemanha: Fischer. (Original publicado em 1915).
- Freud, S. (1987). Entwurf einer Psychologie. Em S. Freud. *Gesammelte Werke* (Vol. Complementar, pp. 387-477). Frankfurt, Alemanha: Fischer. (Original publicado em 1950).
- Freud, S. (1998a). El interés por el psicoanálisis. Em S. Freud. *Sigmund Freud: obras completas* (Vol. 13, pp. 165-192). (J. L. Etcheverry, Ed. e Trad.). Buenos Aires: Amorrortu. (Original publicado em 1913).
- Freud, S. (1998b). Introducción del narcisismo. Em S. Freud. *Sigmund Freud: obras completas* (Vol. 14, pp. 65-98). (J. L. Etcheverry, Ed. e Trad.). Buenos Aires: Amorrortu. (Original publicado em 1914).
- Freud, S. (1998c). Esquema del psicoanálisis. Em S. Freud. *Sigmund Freud: obras completas* (Vol. 23, pp. 133-210). (J. L. Etcheverry, Ed. e Trad.). Buenos Aires: Amorrortu. (Original publicado em 1940).
- Freud, S. (1998d). Algunas lecciones elementales sobre psicoanálisis. Em S. Freud. *Sigmund Freud: obras completas* (Vol. 23, pp. 279-288). (J. L. Etcheverry, Ed. e Trad.). Buenos Aires: Amorrortu. (Original publicado em 1940).
- Fulgêncio, L. (2008). *O método especulativo em Freud*. São Paulo: EDUC.



- Geerardyn, F. (1997). *Freud's project and the roots of psychoanalysis*. London: Rebus.
- Heidbreder, E. (1976). *Psicologias do século XX* (L. S. Blandy, Trad.). São Paulo: Mestre Jou. (Original publicado em 1933).
- James, W. (1981). *The principles of psychology* (Vol. I). Cambridge, Estados Unidos da América: Harvard University. (The works of William James) (Original publicado em 1890).
- James, W. (1983). A plea for psychology as a "natural science". Em F. H. Burkhardt (Org.). *Essays in psychology* (pp. 170-177). Cambridge, Harvard University: Harvard University. (The Works of William James). (Original publicado em 1892).
- Koffka, K. (1963). *Principles of gestalt psychology*. New York: Harcourt, Brace and World. (Original publicado em 1935).
- Köhler, W. (1959). *Gestalt psychology*. New York: Mentor Book. (Original publicado em 1947).
- Lacan, J. (1981). *Le séminaire, livre III: les psychoses*. Paris: Seuil.
- Luccio, R. (2010). Anent isomorphism and its ambiguities: from Wertheimer to Köhler and back to Spinoza. *Gestalt Theory*, 32(3), 219-262.
- Marshall, P. J. (2009). Relating psychology and neuroscience: taking up the challenge. *Perspectives on Psychological Science*, 4(2), 113-125.
- McCauley, R. N. (Org.). (1996). *The Churchlands and their critics*. Cambridge, Estados Unidos da América: Blackwell.
- Miller, G. A. (2010). Mistreating psychology in the decades of the brain. *Perspectives on Psychological Science*, 5(6), 716-743.
- Moraes, M. (2010). Considerações sobre gestaltismo: entre a ciência e a filosofia. Em A. A. L. Ferreira (Org.). *A pluralidade do campo psicológico* (pp. 53-70). Rio de Janeiro: UFRJ.
- Pribram, K. H & Gill, M. M. (1976). *Freud's project re-assessed: preface to contemporary cognitive theory and neuropsychology*. New York: Basic Books.
- Schouton, M. & Jong, H. L. (Org.s). (2012). *The Matter of the mind: philosophical essays of psychology, neuroscience, and reduction*. Chichester, Estados Unidos da América: Blackwell.
- Simanke, R. T. (2009). Realismo e antirrealismo na interpretação da metapsicologia freudiana. *Natureza Humana*, 11(2), 97-152.



Simanke, R. T. & Caropreso, F. (2011). A metáfora psicológica de Sigmund Freud: neurologia, psicologia e metapsicologia na fundamentação da psicanálise. *Scientiae Studia*, 9(1), 51-78.

Skinner, B. F. (1974). *About behaviorism*. New York: Alfred A. Knopf.

Solomon, R. C. (1976). A teoria neurológica da mente em Freud. Em R. Wolhlein (Org.). *Freud: uma coletânea de ensaios críticos* (K. Scheel, Trad.). (pp. 39-66). Rio de Janeiro: Artenova.

Suloway, F. (1992). *Freud, biologist of the mind: beyond the psychoanalytic legend* (2a ed.). Cambridge, Estados Unidos da América: Harvard University Press.

Watson, J. B. (1913). Psychology as the behaviorist views it. *Psychological Review*, 20, 158-277.

Nota sobre os autores

Fátima Caropreso é graduada em psicologia pela Universidade Federal de São Carlos. Mestre e Doutora em Filosofia pela mesma universidade. Atualmente é professora do Curso de Psicologia e do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade de Juiz de Fora. E-mail: fatimacaropreso@uol.com.br

Richard Theisen Simanke é graduado em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Mestre em Filosofia pela Universidade Federal de São Carlos e Doutor em Filosofia pela USP. Atualmente é professor do Curso de Psicologia e do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade de Juiz de Fora e também é professor do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFSCar. Bolsista de Produtividade em Pesquisa - CNPQ (1-D). E-mail: richardsimanke@uol.com.br

Data de recebimento: 04/04/2013

Data de aceite: 27/02/2014